

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PRÁTICA ESCOLAR: visão de professores e gestão de uma escola estadual de Porto Alegre

Juliana de Medeiros Moura¹

Resumo:

O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância que professores e gestão de uma escola estadual de Porto Alegre atribuem ao Projeto Político Pedagógico (PPP) de sua respectiva escola. Sabe-se que o PPP constitui o cerne da educação na instituição escolar, uma vez que neste documento, encontra-se a organização do trabalho pedagógico da escola. A gestão escolar cumpre um papel importante no que se refere à sua elaboração. Sobretudo, a gestão democrática, visando a integração do grupo por meio da participação de todos na tomada de decisões e construção do PPP. E, posteriormente, em reuniões com o objetivo de refletir sobre a prática pedagógica, com base no PPP. Nessa pesquisa, optou-se por realizá-la em sua abordagem de natureza qualitativa, por meio de levantamento documental e bibliografia, utilizando de entrevistas semiestruturadas, gravadas e, depois, transcritas e analisadas, e entrevista padronizada. De acordo com as falas analisadas, percebeu-se que a posição da gestão quanto à disseminação do PPP na escola, especificamente para os professores, ocorre de maneira distinta ao que se propõe em texto normativo, conforme observado no referencial teórico do presente trabalho. Salienta-se a importância de apropriar-se do PPP da instituição e propor esta pauta em reuniões pedagógicas subsequentes, respaldando-se em lei, considerando uma iniciativa que deve partir de todos. É papel do corpo docente, ainda, buscar consolidar-se enquanto equipe; bem como lutar para adquirir o apoio de políticas públicas que considerem o aspecto vínculo institucional do professor importante para a construção de uma gestão efetivamente democrática nas escolas.

Palavras-chave:

Projeto político pedagógico. Gestão democrática. Prática pedagógica.

PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT AND SCHOOL PRACTICE: teacher's view and management of a state school in Porto Alegre

Abstract:

This paper aimed to analyze the importance that teachers and management of a state school in Porto Alegre attribute to the Pedagogical Political Project (PPP) of their respective school. It is known that the PPP is the core of education in the school institution, since in this document is the organization of the pedagogical work of the school. School management plays an important role in its design. Above all, the democratic management, aiming at the integration of the group through the participation of all in decision making and construction of the PPP. And, later, in meetings to reflect on the pedagogical practice, based on the PPP. In this research, it was decided to perform it in its qualitative approach, through documentary and bibliographic survey, using semi-structured interviews, recorded and then transcribed and analyzed, and standardized interview. According to the statements analyzed, it was noticed that the position of management regarding the dissemination of PPP at school, specifically for teachers, occurs differently from what is proposed in normative text, as observed in the

¹ Licenciada em Pedagogia Educação Infantil e Anos Iniciais. Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus (AFESBJ). E-mail: julianamoura102@gmail.com.

theoretical framework of the present work. We stress the importance of appropriating the institution's PPP and proposing this agenda in subsequent pedagogical meetings, supported by law, considering an initiative that should start with everyone. It is the role of the faculty, also, to seek to consolidate as a team; as well as struggling to gain the support of public policies that consider the institutional bond aspect of the teacher important for the construction of an effectively democratic management in schools.

Key Words:

Pedagogical political Project. Democratic management. Pedagogical practice.

PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO Y PRÁCTICA ESCOLAR: visión de los docentes y gestión de una escuela estatal en Porto Alegre

Resumen:

Este documento tuvo como objetivo analizar la importancia que los docentes y la administración de una escuela estatal en Porto Alegre atribuyen al Proyecto Político Pedagógico (PPP) de sus respectivas escuelas. Se sabe que PPP es el núcleo de la educación en la institución escolar, ya que en este documento se encuentra la organización del trabajo pedagógico de la escuela. La gestión escolar juega un papel importante en su diseño. Sobre todo, la gestión democrática, apuntando a la integración del grupo a través de la participación de todos en la toma de decisiones y construcción del PPP. Y, más tarde, en reuniones para reflexionar sobre la práctica pedagógica, basada en el PPP. En esta investigación, se decidió realizarlo en su enfoque cualitativo, a través de encuestas documentales y bibliográficas, utilizando entrevistas semiestructuradas, grabadas y luego transcritas y analizadas, y entrevistas estandarizadas. Según las declaraciones analizadas, se observó que la posición de la gerencia con respecto a la difusión de PPP en la escuela, específicamente para los docentes, se produce de manera diferente a lo que se propone en el texto normativo, como se observa en el marco teórico del presente trabajo. Hacemos hincapié en la importancia de apropiarse de la APP de la institución y proponer esta agenda en reuniones pedagógicas posteriores, con el apoyo de la ley, considerando una iniciativa que debería comenzar con todos. Es el rol de la facultad, también, buscar consolidarse como un equipo; además de luchar por obtener el apoyo de políticas públicas que consideren importante el aspecto del vínculo institucional del maestro para la construcción de una gestión efectivamente democrática en las escuelas.

Palabras-clave:

Proyecto político pedagógico. Gestión democrática. Práctica pedagógica.

Introdução

O presente trabalho investigou como professores e gestão de uma escola situada no município de Porto Alegre-RS concebem o Projeto Político Pedagógico (PPP) de sua instituição. Primeiramente, este trabalho busca explicitar o conceito de Projeto Político Pedagógico e questões pertinentes a esta temática, baseando-se em diversos teóricos da área

educacional, bem como visa explicar o conceito de Gestão Democrática, conforme a Constituição Brasileira de 1988 e a lei estadual nº 10.576, de 14 de novembro de 1995.

Durante o primeiro ano de faculdade (2016), trabalhei como bolsista de iniciação científica, sob orientação da professora Maria Inês Corte Vitória, e sinto a necessidade em dizer que ela é uma das pessoas e profissionais mais encantadoras que já conheci em toda a minha vida. Neste período, estive em maior proximidade da escrita. Sobretudo, da escrita acadêmica, atuando em um projeto de pesquisa que buscava refletir sobre as práticas de professores universitários em se tratando do exercício desta escrita.

Na mesma época, cursei uma disciplina intitulada “Currículo: Teorias e Práticas”, com a professora Mirian Lacerda, excelente profissional a qual, infelizmente, não atua mais na instituição.

Nesta cadeira, realizamos uma pesquisa de campo cuja proposta era perguntar o que constitui o currículo escolar, na visão de gestores e professores de diversas escolas – públicas e privadas do município de Porto Alegre. As respostas foram amplamente discrepantes, e superficiais no que diz respeito a currículo.

Buscando aprofundar-me nas questões levantadas durante a pesquisa, percebi que muitos dos professores participantes não tinham acesso ao PPP da escola onde atuavam e demonstravam despreocupação com relação a este documento.

Neste momento, questioneei-me como as escolas constroem seus PPPs, uma vez que este documento abarca a filosofia e os princípios que irão nortear a construção dos conteúdos e objetivos que estarão presentes no currículo da escola, entre outras questões pertinentes a prática pedagógica e seus processos.

Baseada nos questionamentos que surgiram a partir do conhecimento do número indefinível de docentes que não conhecem o PPP das escolas onde atuam, justifico minha pesquisa embasando-me na importância de descobrir os efeitos desta realidade.

Minha intenção foi buscar informações acerca do PPP de uma escola da rede pública da cidade de Porto Alegre, tendo como objetivo geral analisar a importância que professores e gestão escolar atribuem ao Projeto Político Pedagógico da escola a qual pertencem.

Constitui-se no problema de pesquisa a seguinte pergunta: “Qual a importância que professores e gestão de uma escola estadual de Porto Alegre, atribuem ao Projeto Político Pedagógico de sua respectiva escola?”.

1 O Projeto Político Pedagógico

O PPP constitui o cerne da educação na instituição escolar, uma vez que, neste documento, encontra-se a organização do trabalho pedagógico da escola – diretrizes e fundamentos –, isto é, sua identidade. Cada projeto é único em sua composição, devendo atentar-se a questões específicas da comunidade que atende.

Veiga (1998) pesquisa sobre a temática abordada neste trabalho e explicita que “O projeto político pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino” (p. 1).

Este documento tem por objetivo projetar um futuro de maior qualidade para os processos de ensino e aprendizagem, visando atingir objetivos e metas construídas democraticamente pela comunidade escolar – professores, funcionários, pais e alunos –, por meio de ações que viabilizem sua concretização ao longo da prática educativa.

O projeto também se constitui político por atender aos interesses da sociedade majoritária, concomitantemente ao atendimento das necessidades do contexto onde a instituição encontra-se. Porém, faz-se fundamental desenvolver competências que possibilitem a leitura de sociedade à qual o sujeito pertence.

Salienta-se, também, nas palavras de Severino (1998):

Com efeito, para que a prática real seja uma práxis, é preciso que ela se dê no âmbito de um projeto. A escola é o lugar institucional de um projeto educacional. Isto quer dizer que ela deve se instaurar como espaço-tempo, como instância social que sirva de base mediadora e articuladora dos outros dois projetos que têm a ver com o agir humano: de um lado, o projeto político da sociedade e, de outro, os projetos pessoais dos sujeitos envolvidos na educação (p. 85).

Parafrazeando Saviani (1999), o aspecto político se desenvolve à medida que a prática pedagógica incorpora, intencionalmente, tal aspecto, isto é, viabilizando a formação do cidadão crítico, participativo e colaborativo na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humanizada. E, à medida que se definem os meios que viabilizarão o desenvolvimento destas e de outras competências, desenvolve-se o aspecto pedagógico do projeto, concretizando as metas e objetivos presentes no PPP.

A compreensão do projeto deve ser clara, ao ponto que todos façam da escola um lugar de diálogo horizontal, rompendo barreiras e compreendo a organização da escola. Isso significa aprofundar-se no conhecimento sobre o trabalho pedagógico e sobre o referencial

teórico no qual o mesmo se baseia.

É importante discutir sobre a valorização do tempo e espaço proposto a cerca da construção ativa do PPP, sendo este para além de um mero documento, o qual deve ser entregue a Secretaria de Educação, um projeto de educação a ser desenvolvido ao longo do ano escolar.

Sobre a definição de Projeto Político Pedagógico, segundo o portal do Ministério da Educação (2014):

[...] o instrumento teórico-metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer para quem se vai fazer e como se vai fazer. É nele que se estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população, por meio da definição dos princípios, dos objetivos educacionais, do método de ação e das práticas que serão adotadas para favorecer o processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças e adolescentes da comunidade. Seu desenvolvimento requer reflexão, organização de ações e participação de todos – professores, funcionários, pais e alunos – num processo coletivo de construção. Sua sistematização nunca é definitiva, o que exige um planejamento participativo, que se aperfeiçoa constantemente durante a caminhada (p. 10).

A definição de PPP pelo Ministério da Educação (MEC) é concebida numa construção que está diretamente ligada à perspectiva de educação, a que a comunidade escolar deseja conquistar por meio de ações efetivas e refletidas, consolidando o planejamento na prática e possibilitando perceber quais são as dificuldades encontradas durante a prática.

Desta forma, é possível pensar, coletivamente, soluções para problemáticas do cotidiano, como nos elucida Gadotti (2000):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (p. 38).

2 Gestão Democrática

A gestão no espaço educativo, quando bem-intencionada e representada, caracteriza-se por ser uma gestão dinâmica e participativa, na qual deve atrelar a teoria às práticas,

permitindo transparência das diversas ações escolares dentro do contexto administrativo e pedagógico.

A Constituição Federal de 1988 definiu a “gestão democrática do ensino público, na forma de lei” como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI) (BRASIL, 1988, p. 68). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 vem reforçar este princípio. (Art. 3, Inc. VIII) (BRASIL, 1996, p.1).

Portanto, a Gestão Democrática está em lei, e, em se tratando de escolas da rede pública do estado do Rio Grande do Sul, seus documentos legais referem-se à Gestão Democrática como política vigente.

Art. 1º - A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e no artigo 197, inciso VI da Constituição do Estado, será exercida na forma desta lei, com vista à observância dos seguintes preceitos:

I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;

I- participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios e em órgãos colegiados;

II- transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

III- garantia da descentralização do processo educacional; VI - valorização dos profissionais da educação;

VII - eficiência no uso dos recursos. (Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, p.1).

Artigos 14 e 15 presentes na LDB apresentam um detalhamento das seguintes determinações que precisam ser seguidas pela escola, a fim de desenvolver uma prática escolar na perspectiva da Gestão Democrática.

Estas são:

Art. 14- Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II. Participação das comunidades escolares e local, em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15- Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996, p. 12).

Deste modo, a escola como uma organização social onde há a construção e operacionalização de conhecimentos, legítima aos poucos a práxis, por meio de ações e objetivos construídos com a colaboração de todos. Quando se estabelece efetivamente uma

gestão democrática, realiza-se um trabalho em conjunto.

Segundo Libâneo (2001):

Sendo assim, as escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que, se tornam corresponsáveis pelo êxito da instituição. É assim que a organização da escola se transforma em instância educadora, espaço de trabalho coletivo e aprendizagem (p. 115).

Portanto, a participação ativa de todos os membros da instituição escolar é de significativo êxito para a escola. A importância de a comunidade estar presente nas diversas atividades escolares resulta no conhecimento e na avaliação dos serviços prestados, principalmente, na ação conjunta entre a família e a escola no planejamento da educação.

3 Contexto, sujeitos e organização da pesquisa

O espaço escolhido para a realização da pesquisa foi o de uma Escola Estadual. A escola localiza-se no centro do município de Porto Alegre e atende crianças e jovens de bairros próximos e moradores da zona central, bem como regiões localizadas na área metropolitana da cidade. O ensino vai dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Os sujeitos da pesquisa serão duas funcionárias da escola, sendo uma professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a outra componente da gestão escolar. Estes foram:

a. Gestão:

São sujeitos: supervisora escolar.

Os critérios de seleção foram: uma vez que a gestão da escola é incumbida do papel de administrar a escola e lidar com diversas questões – desde questões burocráticas até permissão de entrada e saída de estudantes –, a gestão da escola pública estadual deve cumprir com o compromisso de constituir uma gestão democrática, prevista em Lei.

b. Professores:

São sujeitos: professora dos Anos Iniciais.

Os critérios de seleção foram: o corpo docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é constituído, em sua maioria, por professoras e um professor do sexo masculino. Estes vivenciam a prática escolar dentro de sala de aula e estão envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem de forma mais direta. Em diversos momentos, vivenciam conflitos neste ambiente e necessitam de espaço e oportunidades para discutir e refletir, juntamente de seus pares e da gestão escolar. Foram respeitados os cuidados éticos. Para

manter o sigilo da pesquisa, utilizarei a sigla PROF para a professora entrevistada, e GEST para a supervisora da escola.

O instrumento de pesquisa foram duas entrevistas semiestruturadas, aplicadas em:

- Identificar a posição da gestão escolar quanto à disseminação do PPP na escola, especificamente para os professores.
- Perceber se a gestão da instituição escolar organiza momentos para que o corpo docente tenha acesso ao Projeto Político Pedagógico para fins de discussão sobre sua prática.
- Compreender como ocorre a influência do Projeto Político Pedagógico na prática pedagógica.
- Conhecer a importância que professores e gestão atribuem ao Projeto Político Pedagógico.

Após a exploração inicial e com a coleta das entrevistas, foram analisadas as falas dos sujeitos de pesquisa, a fim de encontrar elementos que levem a novos questionamentos e que contribuam de alguma maneira com linhas de pesquisa, as quais se detêm a este tema e para o meio educacional em geral. Análise textual discursiva.

4 Análise de Dados

O colégio funciona em três turnos, atendendo aos Anos Iniciais – 1º ano ao 5º ano; Anos Finais – 6º ano ao 9º ano; e Ensino Médio – 1º ano ao 3º ano. No turno da manhã, funciona o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. No turno da tarde, funciona o Ensino Médio. E, no turno da noite, a escola oferece a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A pesquisa ocorreu no 2º Semestre de 2019 e foi estruturada com base na escolha do tema, problema, hipóteses levantadas acerca da problemática, objetivo geral e objetivos específicos, revisão de literatura e metodologia.

A coleta de dados ocorreu por meio de uma entrevista semiestruturada, durante o mês de setembro, na própria instituição de ensino.

As entrevistadas, ambas do gênero feminino, apresentam uma singela diferença de idade e trabalham na mesma instituição de ensino, no turno da manhã, em carga horária de 20 horas semanais.

A participante identificada pela sigla PROF atua somente como professora na escola e possui formação em Pedagogia licenciatura plena, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – nome da instituição mencionada pela entrevistada. Formada em 2008, atua na área há 15 anos e possui ampla especialização, dividindo-se entre o ambiente escolar e o clínico, atendendo a crianças com dificuldade de aprendizagem em seu consultório. E, na ONG “Associação de Peito Aberto” (APA), atende crianças com doenças respiratórias crônicas, com o intuito de trazer qualidade de vida para elas, diminuindo a frequência de internação. Trabalha, no total, 40 horas semanais, 20 horas lecionando em turma de 2º ano dos Anos Iniciais, na escola pesquisada, e as outras 20 horas em espaço educativo não formal.

A entrevistada identificada pela sigla GEST atua como professora e compõe a equipe diretiva (gestão) da escola. Possui formação em Pedagogia, não respondendo o ano de término do curso. Atua na área há 18 anos, é pós-graduada em Supervisão Escolar, atua como supervisora na instituição de ensino pesquisada e em outra escola da rede pública – não mencionando o nome –, desempenha o papel de docente, lecionando em uma turma de 3º ano dos Anos Iniciais.

No quadro seguinte, que identifica as questões relacionadas ao PPP e sua influência nas práticas pedagógicas e sobre a gestão da escola, utilizou-se uma escala de cores para as respostas das participantes.

As respostas, na coluna Dissenso, identificadas na cor rosa são da PROF e, na cor azul, da GEST. As respostas sinalizadas em verde, na coluna Consenso, significam que se aproximam.

Segundo a proposta da análise textual discursiva, todas as respostas estarão em formato de meta textos. A transcrição das respostas está apresentada em sua forma original, logo abaixo do Quadro 3.

Quadro 3 – Consenso/Dissenso – Meta textos

Nº	Perguntas	Consenso	Dissenso
1	Sobre o PPP: A escola possui um PPP? Em que ano foi criado? Tens acesso ao PPP? Ajudou a construí-lo?	Sim. O PPP foi criado em 2015.	Muitas vezes, não se tem acesso. Não participou da construção, por não estar vinculada à instituição no ano em que foi criado. Todos têm acesso.

			Em 2015, a gestão anterior realizou uma consulta com todos os membros da escola para a construção do PPP.
2	Sobre o PPP: De que maneira gestão e professores caracterizam o PPP?	Ambas o caracterizam como norteador da prática e auxiliador no fazer desta prática.	(Nesta resposta, não há consenso).
3	Sobre a Gestão: A escola segue a proposta de elaboração do PPP com a participação de todos, como é descrito na Legislação do Estado?	(Nesta resposta, não há consenso).	Não. Desde 2015, não é proposta nenhuma reunião ou debate com os professores para realizar as alterações necessárias ou manter o que ainda é vigente no PPP, que está desatualizado. Sim, quando o PPP foi criado, em 2015, a gestão vigente realizou uma consulta com todos os membros da escola. Hoje, estamos em processo de construção de um novo.
4	Sobre a Gestão: A gestão organiza reuniões onde a proposta é discutir sobre a prática pedagógica baseando-se no PPP da instituição?	Percebe-se na fala de ambas as entrevistadas que, desde o ano de 2018, com a gestão anterior, e no ano de 2019, com a nova gestão, têm sido realizadas reuniões com os professores, tendo por objetivo apropriarem-se da nova BNCC.	Não. Existe a falta de espaço destinado somente para este fim. Não há momentos para refletir e discutir sobre o PPP. Anteriormente ocorria, porém, com a nova gestão, estão ocorrendo estruturas na escola.
5	Influência do PPP: De que maneira tu enxergas a influência do PPP na prática pedagógica? Tu acreditas que o PPP pode auxiliar na construção de uma melhor prática pedagógica?	Somente UMA resposta.	Somente UMA resposta. Influência visível. Sendo um norteador, possibilita a elaboração de uma unidade de trabalho na equipe.
6	Influência do PPP: Tu consideras o PPP um	Ambas respondem sim.	Uma vez que trata-se de um Documento Oficial.

	instrumento de elaboração, reflexão e construção de uma melhor prática pedagógica?		Participar ativamente de sua elaboração traz a sensação de pertencimento E, também, colabora com a valorização do profissional e a formação do vínculo institucional.
--	--	--	---

Fonte: Da autora (2019).

Conforme o Quadro 3 – Consenso/Dissenso – Meta textos, o qual tem por objetivo indicar as respostas que estão ou não de acordo, percebe-se que, em uma mesma pergunta, há divergência na fala das entrevistadas, permitindo inclusive várias interpretações.

Na primeira pergunta, tenciona-se sobre o acesso ao Projeto Político Pedagógico, se a participante ajudou a construí-lo, faz-se necessário explicar que o PPP é um documento oficial oriundo da instituição escolar, isto é, pertence a todos os membros da escola e comunidade escolar.

Este deve permanecer sob livre acesso de todos, indistintamente. Segundo a entrevistada:

[...] a gente não tem acesso muitas vezes, porque, em outras gestões, aconteceu de que eles esconderam esse PPP para a gestão atual não ter acesso (para dificultar o trabalho, porque teve rixa em questão de eleição), mas quando eu entrei, eu não vivenciei isso (PROF).

Ela também diz não ter ajudado a construí-lo porque entrou na instituição um ano após a sua elaboração e conclui sua fala: “(...) eu entrei em 2016, e ele é de 2015, então, ele já existia quando eu entrei. Mas, muito pouco a gente se debruçou a estudar e a pensar sobre ele. Nunca chegamos a fazer algo do tipo, não tivemos nenhum momento para fazer isso.” (PROF)

Em discordância com a fala citada acima, a entrevistada identificada pela sigla GEST diz que todos têm acesso ao PPP da instituição. Inclusive, faz-se importante ressaltar que a pesquisadora obteve o PPP em mãos com significativa facilidade e foi autorizada a copiar trechos deste por meio de fotografia e cópia impressa.

A GEST informa que, “(...) em função de a gestão atual ter assumido este ano, estamos em processo de construção de um novo que esteja de acordo com a realidade atual”.

Segundo Marques (1990), há necessidade de um constante processo de elaboração e reelaboração do PPP, expresso que:

[...] Neste sentido é que se deve considerar o Projeto Político Pedagógico
 Revista Panorâmica – ISSN 2238-9210 - V. 29 – Jan./Abr. 2020. 233

como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que “não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva” (p. 23).

No entanto, ambas as entrevistadas “dizem” estar participando de reuniões, promovidas pela gestão da instituição, com o objetivo de apropriar-se da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme previsão legal.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que está em processo de formulação, apresenta os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos da Educação Básica no país em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE) (BRASIL, 2019, p. 1).

Diante do exposto acima, percebe-se que a entrevistada PROF tem a impressão de a gestão não estar promovendo momentos em que o objetivo seja a discussão acerca do PPP.

No entanto, não é isto que de fato vem acontecendo, uma vez que sabe-se da ocorrência de frequentes reuniões, nas quais a proposta é discutir a nova BNCC e adequar-se a esta.

De acordo com as esferas administrativas superiores na educação – Municipal, Estadual e Federal –, estas devem estar em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). E, uma vez que esta define o PPP como um dos eixos mais importantes de Gestão Democrática, torna-se relevante refletir a respeito do papel que todos os membros da escola têm na elaboração ativa do PPP e em seus desdobramentos.

Consta, no artigo 14 da LDB, as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ENSINO PÚBLICO na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II. Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (p.15)

Conforme Padilha (2005), no planejamento dialógico, atribui-se a cada segmento escolar responsabilidades específicas, mas integradas entre si, que possibilitem o efetivo exercício da cidadania ativa. (p. 68).

Na segunda pergunta, “De que maneira Gestão e Professores caracterizam o PPP?”, a palavra ‘norteador’ é utilizada para a atribuição do PPP por ambas as entrevistadas e, também, o caracterizam como organizador da prática, auxiliando no fazer desta prática.

A questão da desatualização do documento é reforçada pela entrevistada da sigla PROF em outros momentos durante a entrevista. “(...) Entendo que é o norteador, mas faltam momentos onde a gente pense sobre esse PPP e como adequar ele a nossa realidade atual, porque ele está desatualizado, é de 2015.”.

Nota-se, também, certa ambiguidade na fala da participante, uma vez que ela afirma não ter acontecido nenhuma revisão sobre o PPP, desde 2015, ano anterior ao que ela havia entrado na escola. “(...) desde 2015, a gente não sentou em reunião e debateu e leu e viu o que tinha que alterar, o que tinha que manter, não”.

A entrevistada GEST o caracteriza como “O Plano Político Pedagógico apresenta todas as ações, características do currículo, projetos e organização do grupo escolar. Elencando a filosofia, a linha pedagógica que a escola dispõe.”.

Percebe-se que a sua resposta está restrita ao conceito de Projeto Político Pedagógico em sua definição burocrática como equipe diretiva, desprovida de qualquer significado pessoal. Diferentemente da resposta anterior, concedida pela outra participante da pesquisa.

A terceira pergunta, “A escola segue a proposta de elaboração do PPP com a participação de todos, como é descrito na Legislação do Estado?”, difundiu-se com a quarta pergunta.

Obtém-se uma negativa da entrevistada PROF logo de início. Ela continua afirmando que não ocorreu nenhuma reunião ou debate para ler o documento e ver o que precisava ser alterado ou o que devia ser mantido. Foi categórica ao dizer que não ouviu falar se este momento ocorrerá até o final deste ano, com a nova gestão.

PROF, “(...) eu não ouvi falar se isso vai acontecer até o final desse ano ainda”. Neste instante, a pesquisadora interpela-a com outra pergunta: “A gestão atual entrou na escola este ano?”; e a participante responde, “Sim, esse ano. Então, nas anteriores não se viu, né, ou, se viram, ficou mais na equipe diretiva e não com a participação dos professores... pode ter acontecido isso.”

Novamente, nota-se incerteza ao afirmar que a gestão anterior não propunha nenhum momento para discutir o PPP na instituição, visto que a professora entrevistada entrou na escola no ano de 2016. E, para ressaltar a ambiguidade da resposta, é finalizada com um “(...) pode ter acontecido isso”.

A participante identificada pela sigla GEST estava na escola no ano em que o PPP foi criado e afirma, “(...) Quando foi criado o PPP, em 2015, a escola fez uma consulta a todos os membros da escola, no entanto, como houve mudanças estruturais e pedagógicas, hoje, o PPP está desatualizado e estamos em processo de construção de um novo PPP.”.

A entrevistada não afirma se todos os membros da comunidade escolar, especialmente os professores, estão participando desta construção.

Portanto, as informações indicam que, quem está elaborando este novo PPP é somente a gestão atual, reforçando a falta de sensibilização aos direitos básicos instituídos em Lei.

Dando continuidade à entrevista, a próxima pergunta: “A gestão organiza reuniões onde a proposta é discutir sobre a prática pedagógica baseando-se no PPP da instituição?”. A entrevistada PROF, mais uma vez, categórica em sua resposta, responde apenas com um “Não”.

Já a participante GEST traz, novamente, uma resposta em discordância com a resposta da outra entrevistada. GEST, “Anteriormente, sim, porém, como nova gestão, estamos estruturando a escola”.

Faz-se necessário ressaltar que a pesquisadora realizou o estágio obrigatório dos Anos Iniciais nesta mesma instituição, no turno da manhã, e, por meio de observações informais, percebeu o empenho dos professores em ajudar no funcionamento da escola, revezando-se no momento do recreio e em outras eventuais necessidades.

Também foi possível perceber a dedicação por parte da equipe diretiva – a qual entrou em vigor neste ano, como já mencionado – em atuar nas reformas estruturais de maior urgência da escola e em sua organização como um todo. Em alguns momentos, obteve-se conhecimento de questões referentes à desorganização e negligência em diversos âmbitos por parte da gestão anterior.

Portanto, durante a época em que a pesquisadora esteve presente no cotidiano da escola, foi possível perceber a reestruturação da escola ocorrendo aos poucos, através da colaboração dos professores em geral.

Quinta pergunta: “De que maneira tu enxergas a influência do PPP na prática pedagógica? Tu acreditas que o PPP pode auxiliar na construção de uma melhor prática pedagógica?”.

Obteve-se somente uma única resposta para esta pergunta. Segundo a participante PROF:

Não, nenhuma. Eu sei que é o norteador, eu me baseio em informações que são passadas através da supervisão, sim, mas não baseado no PPP... Deixa eu corrigir, talvez seja baseado, mas é tudo de boca, eu não tive acesso ao documento. Eu já tive com o referencial, mas não com o PPP materializado na minha frente.

A pesquisadora interpela a entrevistada com outra pergunta: “Mas tu já havias tentando pedir que te emprestassem?”, e a participante PROF responde: “Em uma reunião, a gente pediu, mas não acharam (risos). Sabe... entende? É vergonhoso!” A participante dá continuidade, dizendo que, em reuniões, são priorizadas as discussões de questões burocráticas da escola e continua explicitando que:

[...] tem que partir de o professor também procurar esse documento, eu compreendo isso. Teve outra vez que eu vi uma estagiária solicitando e ela estava de posse dele, pegando alguns dados. Mas, aí quando o professor pede, não acham o documento. Não sei por que, não tem nada demais. Então, quando passam algumas normas “ah está no PPP”. Mas, onde é que está descrito isso no PPP?

A entrevistada também ressalta que desenvolve o seu trabalho baseada na metodologia sociointeracionista e que, em reuniões, a escola não discute suas pautas e objetivos, e que, por estas razões, a professora não tem conhecimento de qual metodologia a escola trabalha, baseando-se em seu PPP. PROF: “(...) Olha, aqui na escola, a gente trabalha dessa forma, segundo o nosso PPP. Vamos ter uma unidade de trabalho na equipe. Não tem essa fala...”.

Na última pergunta, “Tu consideras o PPP um instrumento de elaboração, reflexão e construção de uma melhor prática pedagógica?”, obteve-se resposta de ambas as participantes.

A entrevistada GEST elucida que: “Sim, é muito importante para dar um norte às ações pedagógicas, visto que é um documento oficial e previsto em legislação”.

Mais uma vez, nota-se que a resposta da entrevistada, a qual compõe a equipe diretiva – gestão escolar – constitui em uma fala curta e restrita de possíveis questões pertinentes à prática, ao cotidiano.

Contudo, a entrevistada PROF responde:

Sim, eu já participei da construção do PPP de outra escola que eu trabalhei, onde a gente estudava durante o ano e sugeríamos alterações. Conhecíamos ele do início ao fim, e isso era bem interessante porque legitimava as nossas ações e isso é muito importante.

A participante destaca a importância do posicionamento da gestão escolar para definir momentos durante o ano, estrategicamente planejados no calendário, com o objetivo de realizar toda esta “manutenção” do PPP ao longo da prática cotidiana.

A pesquisadora novamente interpela com uma nova pergunta, durante o diálogo gerado acerca do último questionamento. “Nesta outra instituição, na qual foi mencionada a tua participação na elaboração do PPP, tu conseguias perceber o diálogo presente entre o que é

colocado no documento e o que acontece na prática?” A entrevistada PROF responde: “Sim, e trazia uma sensação de pertencimento também àquela instituição. Acredito que seja uma forma de valorizar o profissional”.

A professora aproveita o ensejo desta última fala para dizer que há uma falta de vínculo institucional nas instituições em que a elaboração do PPP não ocorre com os professores, e que a gestão pode viabilizar a formação deste vínculo dos profissionais à escola por meio da construção e do debate acerca do PPP.

Neste último diálogo, dois pontos são destacados pela pesquisadora: a sensação de pertencimento e o vínculo institucional. No primeiro, percebe-se uma perspectiva relacionada ao emocional do profissional que trabalha na escola, o qual participa ativamente da construção e discussão sobre o PPP ao longo do cotidiano.

Já no segundo, têm-se uma categoria a ser problematizada, a qual o vínculo institucional fundamenta-se. Encontra-se dificuldade em construir este vínculo nas escolas da rede pública, uma vez que estas apresentam uma enorme rotatividade dos profissionais selecionados às suas unidades.

Devido à falta de trabalhadores nas regiões mais afastadas da localização central, são tomadas como medidas para o preenchimento de vagas a transferência de profissionais a escolas onde há esta carência. Logo, a transferência ocorre com frequência, tornando dificultosa a formação de um efetivo vínculo institucional.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve por objetivo perceber a importância dada ao Projeto Político Pedagógico por professores e gestão de uma escola estadual de Porto Alegre e analisar os efeitos desta realidade.

De acordo com as falas analisadas, percebeu-se que a posição da gestão quanto à disseminação do PPP na escola, especificamente para os professores, ocorre de maneira distinta ao que se propõe em texto normativo, conforme observado no referencial teórico do presente trabalho.

Percebe-se, também, que a gestão da instituição escolar organiza momentos, junto ao corpo docente, para fins de apropriar-se da nova BNCC, sabendo-se do prazo estabelecido pelo governo. Logo, nestas ocasiões, não ocorre proposição ao debate acerca do PPP da escola, que está desatualizado.

No entanto, no tocante à discussão sobre a prática pedagógica, os dados obtidos revelam que a gestão da instituição promove momentos em que os professores dialoguem sobre as mudanças que vêm ocorrendo ao longo destes anos – como o é no caso da reformulação da BNCC – e esta ação não pode ser ignorada.

Salienta-se a importância de o professor apropriar-se do PPP da instituição e propor esta pauta em reuniões pedagógicas subsequentes, respaldando-se em lei, considerando uma iniciativa que deve partir de todos, no cumprimento de seus direitos e deveres enquanto profissionais da educação.

É papel do corpo docente, ainda, buscar consolidar-se enquanto equipe, ainda que encontrem diversas dificuldades no caminho, dentre elas a intensa rotatividade de professores nas escolas da rede pública; bem como lutar para adquirir o apoio de políticas públicas que considerem o aspecto vínculo institucional do professor importante para a construção de uma gestão efetivamente democrática nas escolas.

Portanto, anseio que esta pesquisa seja relevante e contribua positivamente para o estudo dos fenômenos e questões ligadas à educação pública brasileira, especialmente no que se refere ao PPP das escolas do país.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **LEI Nº 10.576, de 14 de novembro de 1995**. (atualizada até a Lei n.º 13.990, de 15 de maio de 2012). Acesso em: 15 de Agosto de 2019. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=11775&hTexto=&Hid_IDNorma=11775

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Acesso em: 5 de Agosto de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DOU, 1996.

BRASIL. BNCC. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259p.

MARQUES, Mário Osório. **“Projeto pedagógico: A marca da escola”**. In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola n 2 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun.

1990.

MEC, Portal Gestão Democrática. Acesso em: 05 de Maio de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SALTO para o futuro. **Currículo: Conhecimento e Cultura**. Abril/2009. Disponível em: www.tvbrasil.org.br/salto

SEVERINO, Antônio J. “**O projeto político-pedagógico: a saída para a escola**”. In: Revista de Educação AEC, Brasília, v. 27, n.107, p.81-90, jun. 1998.

SENADO, **Gestão Democrática**. Acesso em: 05 de Maio de 2018. Disponível em: [<senado.leg.br/>](http://senado.leg.br/).

VEIGA PASSOS ALENCASTRO, Ilma. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. Campinas: Papyrus, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo**. 32. ed.- Campinas, SP: 1999.